

Professor rejeita

Polícia/Estado

proposta de

Goiânia, 11/08/91 - 27

tabela salarial

Em greve há mais de dois meses, professores da Universidade Federal de Goiás e mais 48 instituições federais de ensino superior esperam o atendimento de suas reivindicações. Embora incluídos no projeto de lei 1390/91, aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, não concordam com a tabela salarial proposta, segundo afirmou a pior de todas, muito menos com o reajuste linear concedido aos servidores em geral, de 20%, pois seus salários continuam defasados no contexto dos salários dos servidores públicos, principalmente quanto ao piso: o dos professores é de Cr\$ 86 mil.

Além da insatisfação salarial, os professores entendem que está em jogo, no momento, a própria sobrevivência do ensino superior público e gratuito. Segundo avaliação do comando de greve em Goiânia, há indícios de que falta interesse em dotar as universidades de condições de se manterem, tanto em relação ao pagamento de bons salários, como à dotação orçamentária e a adoção de uma política educacional que garanta o ensino público, de boa qualidade, em todos os níveis, como prevê a Constituição. Um exemplo disso é o pedido de urgência urgentíssima para a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, demonstrando que o assunto não merece análise

mais detalhada; também a apresentação de um projeto substitutivo à LDB, que canaliza verbas públicas para universidades privadas, sem falar do corte de 20% do orçamento das universidades em 92, em relação a 91.

O comando de greve observa que, mesmo que outras categorias como é o caso concreto da Previdência, aceitem suas tabelas, aos professores resta a alternativa de continuar a paralisação para abertura de negociações que atendam o piso salarial de Cr\$ 121 mil, uma tabela a partir deste piso e a correção das perdas salariais, no mínimo deste ano, que atingem mais de 200%.

O comando avalia ainda que o movimento docente conseguiu o apoio de muitos parlamentares, concordando que os salários estão realmente baixos. Também, de parte da sociedade e da imprensa têm havido manifestação, aqui em Goiás e em todo o País, de apoio às reivindicações, como OAB, ABI, SBPC, e de organismos internacionais de trabalhadores na educação. Os professores da UFG fazem nova assembleia na próxima quarta-feira, dia 14, na Faculdade de Educação, para avaliar o andamento do projeto de lei 1390/91, que deve ser apreciado pelo Senado na terça-feira.